

A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas conseqüências espaciais¹

Gisele Cardoso de Almeida Machado

Introdução

Com a chegada da família real em 1808 a cidade do Rio de Janeiro passou por grandes transformações urbanísticas com objetivo de deixar a cidade mais digna da morada de um rei. Mesmo com toda “modernização”, o Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, não tinha condições de salubridade e nem políticas desejáveis para a realização de transações comerciais e do desenvolvimento do mercado interno. Sua economia ainda agrária e dependente do trabalho escravo, as condições higiênicas e as constantes epidemias de febre amarela espantava turistas e investidores. Este quadro exigia uma grande transformação urbana, como demonstra MARINS (1998:133).

urgia “civilizar” o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas e inseri-lo, compulsória e firmemente, no trânsito de capitais, produtos e populações liberados pelo hemisfério norte. As grandes capitais da jovem República constituíam o horror a qualquer um que estivesse habituado aos padrões arquitetônicos e sanitários de grandes capitais européias como Paris, Londres, Viena, e São Petersburgo, a Nova York e Washington, ou mesmo às cidades secundárias dos países centrais.

O final do século XIX foi marcado pela expansão das relações sociais capitalistas, o que significou as transformações de velhos hábitos, gostos e práticas do passado, incompatíveis com o movimento de mudança. As estratégias da nova ordem estavam relacionadas à limpeza, redefinindo o enquadramento social. Nesse momento, se adequar às novas normas sociais era muito mais do que se adaptar as mudanças, ou seja, era reorganizar o espaço urbano a partir de novos padrões arquitetônicos de beleza, limpeza e civilidade².

Sendo o espaço um conceito fundamental para compreender as transformações que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, queremos destacar que pensamos o espaço a partir das concepções de SANTOS (2004:63), que pensou o espaço como um híbrido,

¹ Mestranda de geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

² (CAVALCANTE,1985:96).

um misto de relações “ formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistema de objetos e de sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá.” (p.63). Assim, o espaço será sempre uma síntese provisória entre objetos e ações, que se relacionam de forma dialética construindo e reconstruindo o espaço constantemente.

Dessa forma, o espaço não é neutro está vinculado a uma prática social que possui uma intencionalidade. Todas as ações e objetos construídos possuem uma finalidade, por isso concordamos com a hipótese de LEFEBVRE (2008) de que o espaço urbano não seria nem ponto de partida nem ponto de chegada, mais um meio para a realização das ações ainda que estas se representem sob a forma de injustiças sociais.

O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de “ alguém”, individual ou coletivo. Isto é de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos (LEFEBVRE,2008:44).

Como instrumento de poder, a organização espacial se realizará de acordo com os interesses pessoais e políticos em cada momento histórico. A cada período, esta característica do espaço será utilizada para produzir uma configuração territorial que conduza as necessidades e interesses dos atores hegemônicos da época. Foi nesse contexto que ocorreram as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, as mudanças nesse período estavam integradas ao desenvolvimento das idéias modernas, momento histórico que reformulou o espaço para que este pudesse servir de base para o processo de acumulação do capital.

A modernidade foi um período de grandes transformações na vida e no pensamento das pessoas. Ela se desenvolve junto com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante e está relacionada ao desenvolvimento da razão, da ordem e da ciência. Essa foi a base para a expansão do capitalismo através das idéias de liberdade e igualdade como apresenta MACHADO (2008:27)

A modernidade tem em sua essência a idéia de rompimento com o habitual, buscando um mundo novo, sob o triunfo da racionalidade. O mercado passa a ter nova configuração, não sendo apenas o lugar onde circulam mercadorias e produtos, mas também, idéias, conhecimentos, ciência e tecnologia, passando a ser praticamente uma nova religião, comparação essa que exprime sua importância. Seu funcionamento passou a exigir racionalidade, factível apenas com a liberdade do indivíduo. Essa liberdade passou a ser possível graças à nova ordem política impetrada pelo Estado. No Estado Moderno haveria a

defesa da liberdade do indivíduo e o direito à igualdade ante a lei, sendo a liberdade figura central e o mundo da modernidade um mercado exercido por homens livres.

Além de tentar potencializar os princípios acima mencionados, a modernidade lança um projeto revolucionário de transformação do mundo através da ciência e da técnica aliadas às forças produtivas e ao desenvolvimento das relações liberais de mercado. Este se desenvolveria através de um Estado justo que seria o mediador entre os interesses particulares e os interesses comuns à sociedade. Só que as idéias de mercado sobressaíram sobre os ideais de igualdade e a sociedade acabou sendo manipulada pelos interesses das forças de mercado e dos ideais capitalistas.

A nova experiência introduzida pela modernidade provocou modificações em todos os setores da vida humana, chegando a criar novas mentalidades e sensibilidades incorporando novos padrões sociais e valores inexistentes até então. As nossas sensibilidades auditiva, tátil, olfativa, gustativa e visual foram criadas, até as nossas noções de nojo ou prazer tem uma história que teve início na modernidade nos acompanha até os dias atuais. Quem traz essa contribuição é RODRIGUES (1999:116) que continua,

(...) nossos sentidos estéticos, nossas reações à violência, nossos sentimentos de medo, nossos cuidados com a saúde, nossas preocupações com a higiene, com horários, com exatidão e cálculo, nossas preferências amorosas e sexuais, enfim coisas que parecem tão familiares e naturais aos nossos olhos, não existiram sempre e têm por trás de si um passado rico em detalhes e em variações. O passado não está apenas no passado: ele constitui nossa sensibilidade e continua de certa forma, como veremos, a ser presente.

Os novos valores modernos se desenvolveram através da difusão da Medicina Social, pois não se tratava somente da instauração das relações sociais capitalistas, era necessário criar mecanismos que as mantivessem vivas. Este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da Medicina Social no Brasil e como suas ideias foram utilizadas como justificativa para as transformações urbanas no início do século XX. Apoiado pelos grupos dirigentes e pelo Estado, os difusores desse novo pensamento interveio no espaço urbano e na vida particular das pessoas. Esse movimento influenciou a opinião pública tornando legítimas todas as transformações que ocorreram na cidade.

A Emergência do Pensamento Higienista no Brasil.

Segundo ABREU (1996:161), a Medicina Social ou higienismo³ tem suas origens na obra de Hipócrates, intitulada “*Sobre os ares, águas e os lugares*”, e o médico inglês Thomas Sydenham (1624 -1689) foi o grande perpetuador desse pensamento na Europa. Esse pensamento médico estabeleceu uma relação entre algumas doenças e o meio natural. Tem grande destaque na Europa, a partir da Revolução Industrial momento de grande crescimento das cidades sem o acompanhamento de infraestrutura para atender a população. O resultado foi a deterioração da qualidade de vida e a ocorrência de surtos epidêmicos.

Esse era um novo ramo da Medicina, tanto no que se refere a sua forma de atuação como no seu modo de intervenção na sociedade. Era uma medicina preventiva e essencialmente urbana. Ela “*pensa em prevenção e se organiza um dispositivo para realizá-la, a Medicina Social situa as causas da doença não no próprio corpo doente, mas naquilo que o cerca (...) no meio ambiente.*”⁴. Diante do crescimento da cidade, desorganização e doenças, a Medicina Social se apresenta como o dispositivo capaz de organizar o urbano, tornando-o moderno, e de perpetuar as ideologias capitalistas que se desenvolviam. Isso poderia ser alcançado construindo a cidade como uma unidade, organizando o corpo urbano de forma coerente e homogênea.

O Estado era a única força capaz de por em prática esse projeto ‘civilizatório’ da modernidade. Sua dinâmica de atuação reflete a sociedade a qual está inserido, assim, o Estado capitalista cria condições para realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e reprodução das classes sociais (CORRÊA, 2003:24). Neste caso, utilizou o discurso elaborado pela Medicina Social e apoiado pelas classes dirigentes para criar políticas públicas capazes de normatizar a cidade, os hábitos e os costumes da sociedade.

A medicina se tornava preventiva e social, o médico era um vigilante devendo atuar para proteger os indivíduos contra tudo o que pode intervir no seu bem-estar físico e moral. Tinha o objetivo de trabalhar em prol de um futuro que imperasse a

³ A Medicina Social foi uma nova concepção da medicina que atuou na medicalização da cidade, entendendo-a como um corpo social, atuou sobre a organização espacial e hábitos da população. Esta nova fase da medicina ficou popularmente conhecida como Medicina Social.

⁴ BENCHIMOL (1990: 115)

ordem e um novo pacto social em que a liberdade era condição de saúde. Enquanto conhecimento e prática, a medicina se colocava como base dessa nova ordem social, definindo seu papel pedagógico como difusora de um saber, isto é, de uma verdade que fundamentasse a ação de todos, pois “no corpo médico reside a verdade que deve ser ensinada tanto ao governo quanto á população que são ignorantes” (MACHADO,1978:255).

O povo geralmente não entende o que lhe é útil, e muitas vezes é incapaz dessa inteligência. É preciso que a autoridade responsável, como mais instruída, e mais capaz desta inteligência, faça o que entender que é útil e conveniente, sem se importar com o que diz ou pensa o povo erradamente, e sem lhe dar satisfação em matéria que não pode ser juiz, e cumpre por mais do que tudo instruir e persuadir a autoridade, isto se faz com representações e propostas (MIRANDA apud MEIRELLES, 1998).

A partir dessa proposta do Dr. Meirelles, um dos grandes precursores do higienismo no Brasil, podemos concordar com MACHADO (1978) quando ele defende que a Medicina Social era um instrumento de dominação de classe, de intensificação dos dispositivos de poder criados pelo capitalismo e que tinha no Estado seu organismo de ação. A medicina ao elaborar uma nova proposta de organização social, se colocou ao lado da democracia, da liberdade e da civilização, propondo-se como assessora indispensável a qualquer governo esclarecido.

Além de detectar a doença no “corpo social da cidade”, o movimento higienista organizou-se como poder político por acreditar que somente a partir dessa esfera de atuação e conhecimento poderia impor as medidas sociais que julgavam serem necessárias. O *status* político dado aos higienistas se organizava através da polícia médica⁵, o que nos deixa claro a ação racionalizadora sobre a população. O médico não era apenas alguém que detinha conhecimentos, mas também, quem intervinha no espaço, por meio das políticas territoriais restritivas que ajudou a formular.

Operando sobre todo o espaço, a Medicina Social decompôs o todo urbano tratando-o como um sistema de contato desordenado entre os elementos que nele circulam; sua estratégia era a de produzir uma comunicação harmoniosa entre os

⁵ Segundo MACHADO (1978:257), o termo e o conceito de polícia médica datam da segunda metade do século XVIII, sendo definido por alguns médicos como: “ arte de defesa; doutrina que ensina a proteger o homem, e os animais que lhe são úteis das nocivas consequências de uma coabitação numerosa, e promover seu bem estar corporal , de modo que, sujeitos ao *míde males*, se chegue, o mais tarde possível, a sofrer o fatal destino que nos espera”.

elementos naturais e sociais em conjunto com os interesses hegemônicos. Conforme indica BENCHIMOL (1990: 116),

ao responsabilizar a desordem urbana pela degeneração da saúde não só física como “moral” da população, a medicina social diagnosticava causas naturais, relacionadas às peculiaridades geográficas do Rio de Janeiro, e, sobretudo, causas sociais tanto no nível do funcionamento geral da cidade como de suas instituições. (...) A primeira causa de doença era, então, a geografia do meio ambiente, em particular as condições climáticas (...) Um segundo objeto de reflexão eram os aspectos propriamente urbanísticos da cidade. O alvo principal de suas críticas eram as habitações sobretudo “coletivas”, onde se aglomerava a heteróclita multidão de “pobres” na área central do Rio de Janeiro (...).

Toda essa reflexão socioespacial está centrada na figura do homem. Ele é o responsável pela desordem urbana por não organizar espacialmente os objetos e elementos, fazendo uma mistura corruptora dos elementos naturais e sociais. A desordem urbana atingia a saúde física e moral dos indivíduos, sendo responsável pela criminalidade, corrupção de costumes, pela descrença religiosa enfim, pela decadência da civilização e atos de barbárie (MACHADO, 1978). O comprometimento da saúde moral e física dos indivíduos tornava-se uma ameaça ao Estado. Era necessário ordenar e planejar a cidade para proteger o homem dele mesmo.

As transformações espaciais e sociais propostas pelos higienistas iam além da preocupação de melhorar as condições de salubridade da cidade. Suas ações buscavam também criar espaços de circulação diferenciados, demanda da nova ordem social que se desenvolvia. No final do século XIX, a cidade era movida por duas lógicas distintas: de um lado a capitalista - latente e crescente, de outro, a escravista – considerada arcaica e decadente. O que assistimos foi uma completa transformação da cidade que teve no higienismo sua força idealizadora e a atuação do Estado e do setor privado realizando as transformações propostas. Nesse momento, foram lançados no espaço elementos que possibilitaram um crescimento qualitativamente diferente da cidade.

Analisaremos a opinião os higienistas sobre a organização e salubridade das habitações e da cidade e como sua análise foi definitiva para as transformações.

A desordem urbana como corruptora humana.

Durante todo o século XIX, o higienismo brasileiro esteve muito influenciado pela teoria dos miasmas⁶, esta defendia que a inalação e o contato com o ar proveniente da putrefação de cadáveres e da matéria pútrida dos lixos, pântanos, mangues, matadouros, chiqueiros, curtumes, esgotos, entre outros, eram os grandes responsáveis pelas doenças nas cidades (MIRANDA, 1998:3). Para os higienistas “a temperatura, a humidade e o estado de repouso da atmosfera, e o regimen das chuvas, constituem os factores comuns, dos quais resulta igualmente a intensidade ou benignidade das manifestações endêmicas nos lugares insalubres”. (PIRES,1887)

Desse modo, unindo no mesmo espaço todos os elementos insalubres, o Rio de Janeiro do século XIX era a personificação da insalubridade. A presença de inúmeros pântanos foi considerada seu principal problema. Essas áreas tinham substâncias animais e vegetais em dissolução, o clima quente provocava rápida putrefação desse material dando origem a gases nocivos a saúde humana (MACHADO apud SILVA, 1975:266). Não podemos esquecer que até o século XIX a cidade esteve instalada no morro do Castelo e a expansão da cidade só foi possível após a conquista desses terrenos alagados.

Esses terrenos alagados foram conquistados a partir de aterros efetuados por obras realizadas pelas autoridades e também do lixo. Até 1860, não havia uma separação entre lixo e imundícies⁷ ambos eram tratados da mesma forma. Esse material era depositado em barris que ficam no interior das casas até ficarem cheios e serem transportados por escravos e atirados ao mar, ou nos rios ou em terrenos alagados. Esses espaços eram vazadouros “naturais” de lixo e excrementos, que deixava a cidade completamente suja. Mesmo com a criação de pontes que serviam para jogar os dejetos no mar além da arrebentação as pessoas continuaram a jogar os dejetos em qualquer parte.

⁶ Em 1870 a teoria dos micróbios formulada por Pasteur, questionava a teoria dos miasmas ao demonstrar que as doenças contagiosas não se transmitiam pela inalação do ar contaminado, mas por germes infecciosos propagados pelo contato indireto entre pessoas. Esta teoria não modificou a ação dos pensadores higienistas brasileiros, principalmente os ligados ao estado, que continuaram tentando garantir o discurso da necessidade em criar condições ambientais que favorecessem a circulação dos fluidos, a formação de personalidades sadias e de uma nação próspera e civilizada. (RAGO,1985:168).

⁷ Nesse momento, século XVIII, a quantidade de lixo produzida era pouca e se limitava a pedaços de panos, papéis e restos de alimentos. Já as imundícies eram em maior quantidade e estavam relacionadas aos materiais fecais, na ausência de rede coletora de esgoto os dejetos domiciliares eram guardados em barris que permaneciam nas residências enquanto não estavam repletos depois eram atirados no mar, lagoas ou terrenos pantanosos (AIZEN & PECHMAN,1985:26).

O discurso higienista teve grande influência na modificação dessa situação. A década de 1860 foi de grandes modificações e de um novo período na história do saneamento da cidade do Rio Janeiro. Com a eclosão de constantes epidemias desde 1850 a Câmara Municipal já discutia a necessidade de criar um local distante da cidade para receber o lixo. Então a Câmara designou o vereador e médico José Pereira Rego para indicar qual seria o melhor lugar para a criação de um depósito de lixo. A solução indicada pelo vereador foi criar um depósito de lixo na Ilha de Sapucaia, localizada na Baía de Guanabara, lugar afastado do aglomerado urbano. Desse período até os dias atuais, o lixo da cidade passou a ser despejado nos subúrbios e periferias da cidade, transferindo os problemas do despejo do lixo da área central para as regiões populares periféricas, desaparecendo com o problema das vistas da burguesia.

Outro passo importante foi a criação de um sistema de esgotamento sanitário. Em 1864, o governo Imperial concedeu a empresa *The Rio de Janeiro City Improvements Company Ltda*, o monopólio de exploração da rede básica de esgoto. A companhia começou sua atuação na Área Central e os serviços cresceram rapidamente. Em 1890 mais de 60%⁸ dos prédios da cidade, inclusive os subúrbios próximo da Central do Brasil, já estavam conectados à rede de esgoto. Essa empresa havia de fato conectando grande parte da cidade a rede de esgoto, mas seus serviços deixavam muito a desejar apresentando inúmeros problemas e sendo constantemente criticada pelos higienistas, como nos mostra PIRES (1887),

(...) o esgote das materiais fecaes, o qual se – por um lado – torna a cidade mais aparentemente aceiada, por outro peiorou de muito suas condições de salubridade, e do escoamento das águas pluviais, que – por sua vez – arrastando n’essas águas as terras de alluvião, embarçam o alteamento do chão da cidade, nada mais temos que justifique os milhões desperdiçados com tão hypotéticos melhoramentos.

Os encanamentos eram de má qualidade e devido ao calor ocorriam rompimentos, provocando a contaminação do solo, das águas e do interior das casas. Todo o material coletado era despejado nos rios da cidade que continuavam exalando mau cheiro e contribuindo para o aparecimento de vetores. Além da qualidade duvidosa dos serviços, a população era atendida de maneira preconceituosa. Os serviços prestados a população pobre eram precários e as latrinas instaladas em suas residências

⁸ (SOLIS, 1985:48).

eram de qualidade inferior, se comparadas àquelas instaladas nas residências das classes abastadas.

Mesmo com serviço precário a companhia teve o papel indutor na economia da cidade. Com o discurso de promover melhorias, a *City* demonstrou que a exploração da cidade poderia ser uma excelente fonte de lucros. Um exemplo disso foi a expansão de serviços de esgoto e transporte para áreas periféricas, ainda inabitadas da cidade, contribuindo para o (re)direcionamento diferenciado da expansão urbana e especulação fundiária.

É importante ressaltar que os bondes não só vieram reforçar características já existentes, como passaram também a determinar a evolução da ocupação de grande parte da cidade, tornando-se, assim, veículo importante da criação, acumulação e reprodução do capital nacional e estrangeiro. O capital nacional, proveniente de grande parte dos lucros da aristocracia cafeeira, dos comerciantes, industriais e financistas, passou a ser aplicados em propriedades imóveis, nas áreas servidas pelas linhas de bonde. Já o capital estrangeiro teve condições de se multiplicar, pois controlava as decisões sobre áreas que seriam servidas por bondes e onde deveriam ser criados novos bairros (neste caso em associações com empresas nacionais), além de ser responsável pela provisão de infra-estrutura urbana (SOLIS apud ABREU, 1985:49).

Nesse sentido, as empresas de transporte e o capital imobiliário se uniram à companhia de serviço de esgoto e iniciaram um processo de instalação de serviços urbanos de forma bem desigual. De acordo com SOLIS (1985:50), em 1890 o ainda inabitado bairro de Ipanema, localizado na zona sul, que tinha somente 96 prédios, era atendido com luz elétrica, esgoto e transporte, já as áreas não nobres da cidade, ou seja, os subúrbios e periferia, como Inhaúma (3,5% de habitantes da cidade), Campo Grande (3%) e Santa Cruz (2,5%) que tinham muito mais habitantes não eram atendidas por qualquer serviço de infraestrutura urbana.

O capital nacional e o capital estrangeiro reafirmavam a segregação que se delineava no espaço urbano com uma ajuda do discurso higienista tornava algumas áreas mais salubres do que outras. Cabe mencionar que nas obras produzidas pelos higienistas não encontramos nenhuma menção aos problemas higiênicos ou a falta de serviços públicos das áreas periféricas ou suburbanas do Rio de Janeiro somente da área central. Segundo ABREU (1987b), essa situação era reclamada nos jornais que circulavam nos subúrbios desde o final do século XIX, como podemos analisar na citação:

A população dos subúrbios é muito mal aquinhoada nos largos benefícios que a municipalidade dispensa aos seus munícipes da zona urbana. Não temos iluminação, calçamento nas ruas, esgoto, condução e quase não temos água, porque algum lugares, como Todos os Santos, Piedade, etc. só as tem duas vezes por semana, e ainda assim só durante algumas horas (ABREU apud PROGRESSO SUBURBANO, 1987:17)

Outro grande problema para a salubridade da cidade eram os limites físico-geográficos como os morros. Para os higienista eles impediam a circulação de ar e a entrada de ventos saudáveis. Com isso, a demolição dos morros da cidade, como os do Castelo e parte do Santo Antônio, era uma obra muito ambiciosa, porém necessária para melhorar o saneamento da capital e para o aproveitamento de seu material no aterro de áreas alagadas. Além disso, essa ação grandiosa tinha uma intenção política ao demarcar no espaço e tornar pública a atuação do conhecimento higienista, isso demonstraria que esse conhecimento era capaz de se efetivar como intervenção humana modificadora de um dado natural.

A visão dos higienistas sobre o meio natural não estava relacionada à rendição a natureza, e sim, a sua transformação através do conhecimento que possuíam, eliminando os elementos “negativos” pensando sempre no homem e na cidade. Tentando promover um espaço controlado para formar uma sociedade melhor eles defenderam a demolição dos morros do Castelo e Santo Antônio, além de imporem seus ímpeto transformador e ordenador também sobre a natureza como foi constatado no artido do Dr. Eugenio Guimarães (2007:148).

*(...) sem contestar a vantagem do arborização no nosso clima não devemos cerrar ouvidos ao conselho que encerra esta máxima higienica < o que activa o desenvolvimento do vegetal converte-se para o homem em fonte de molestia e muitas veses em causa de morte. >. A vegetação cultivada com arte e hygiene é, sem dúvida, útil á saúde do homem. A **vegetação inculta e gigantesca das florestas só pode convir ao selvagem** (grifo nosso).*

A preocupação médica com o meio convergia para a figura física e moral do homem. Dentro do pensamento higienista o meio sujo, fétido, quente e pantanoso influenciava na moral dos indivíduos. Segundo Dr. Gomes apud Machado (1978) os habitantes de países pantanosos são fracos, tem a pele sem cor, as carnes moles e os olhos sem expressão e amarelos. Os pântanos e o calor seriam as causas dos homens dos trópicos serem tristes, melancólicos, miseráveis, indolentes, ignorantes, indiferentes e brutos com as famílias. A influência das emanações dos pântanos faz do homem um

devasso, um libertino. Essa posição determinista está de acordo com influências evolucionistas da época.

A censura higienista recaía sobre todas as partes da cidade, inclusive sobre a organização da cidade e o papel do Estado. Os corpos eram enterrados em igrejas no centro da cidade; animais mortos eram jogados nas ruas, praças e terrenos baldios; a área central era cercada de lixo, fossas, currais, matadouros, açougues, mercados de peixes, armazéns de carne, toucinhos, queijos, depósitos de azeite prejudiciais aos alimentos e corruptores do ar; fábricas, hospitais, prisões e moradias residências conviviam no mesmo espaço; não há espaços de sociabilidade, as praças eram poucas e serviam como depósitos de imundícies. Não há separação, todos e tudo compartilhavam o mesmo espaço.

A reflexão médica que diagnosticava a cidade como causa das doenças e morte propõe uma transformação da cidade com a construção de casas salubres, livres da umidade; alargamento das ruas; abertura de ruas e praças; rede de esgotos; coleta de lixo; canalização de rios; aterramento dos pântanos; demolição de morros; regras higiênicas e fiscalização para matadouros e mercados; construção de fontes e chafarizes. Enfim uma completa transformação do urbano, da habitação e da forma de habitar.

As habitações coletivas como responsáveis pela insalubridade urbana

No final do século XIX⁹, a cidade do Rio de Janeiro era o principal centro comercial e financeiro do país e estava passando pelo desenvolvimento das atividades manufatureiras e industriais, que se concentraram na área central. A população urbana quase duplicou passando de 226 mil para 556 mil (em 1890)¹⁰, esse incremento populacional ocorreu não somente pela posição, política e econômica da cidade, mais também, pela crise da lavoura no Vale do Paraíba, o fim do escravismo mercantil e a imigração estrangeira.

Segundo Sevcenko (1984) essa efervescência latente de pessoas, comprometia os planos da elite governamental, pois aumentava a insegurança pessoal por causa dos

⁹ Mais precisamente a partir de 1870.

¹⁰ Dados retirados de (BENCHIMOL, 1990:178).

casos de roubos, assaltos e homicídios, assim como a prostituição, mendicância e o alcoolismo. Pior era a insegurança social que essa situação causava. A área central era dominada por essa população que vivia espalhada nos inúmeros becos e ruelas da cidade. Essa população dominava a cidade e escapava facilmente das apreensões policiais, tornando-se mais forte.

Essa população que tomava conta da cidade tinha quase como única forma de moradia as habitações coletivas¹¹, em especial os cortiços. Os higienistas condenavam essa forma de habitação e iniciaram uma verdadeira cruzada em prol da extinção dos cortiços, que foram eleitos por eles os principais responsáveis pelo quadro de insalubridade da capital.

Cumprido, entretanto, não protelar por mais tempo a realização da cruzada quem em boa hora se levantava contra essa terrível praga denominada cortiços – que ostensiva e disfarçadamente infesta ainda esta cidade. Ninguém desconhece ou ignora o que são estes quartelamentos infectos, que, si pela aglomeração de gente merecem aquella designação, pela qualidade heterogenea de sua população e de seus frequentadores, pela desordem habitual que ahi reina ao lado da immundicie a mais patente, são um protesto solene contra aquelle ajuntamento activo e trabalhador, exemplo de asseio, ordem e disciplina representados pelas abelhas (LIMA ,1886).

Essa “cruzada” para a destruição das habitações populares fazia parte da política sanitária de purificação da cidade. Os intelectuais-médicos analisavam a realidade, faziam seu diagnóstico e percebiam-se como autoridades competentes para vistoriar a habitação e os bairros populares, incentivando o asseio e impondo autoridade à execução de medidas higiênicas. Segundo RAGO (1985), interferiam no privado com o intuito de tornar a casa um espaço confortável afastado dos perigos, mas também, tinham a intenção de demarcar os diferentes espaços de circulação dos grupos sociais.

O controle sobre o pobre e a habitação popular se baseava na crença generalizada de que a “casa imunda” e o cortiço eram os focos de origem dos surtos epidêmicos e dos vícios. A vida miserável, a falta de hábitos de higiene corporal e a imundície de sua casa eram sinais de que o proletariado não tinha condições de gerir sua vida, sendo necessária à intervenção redentora dos especialistas. Dessa forma, os cortiços eram vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade.

¹¹ “ Por habitações coletivas entendiam-se oficialmente aquelas que, dentro do mesmo teto abrigavam famílias distintas que se constituíam em unidades sociais independentes. Eram consideradas habitações coletivas – cortiços, estalagens, avenidas, casas de cômodos, vilas operárias e favelas” (CARVALHO,1980:29).

A pouca disponibilidade de moradia, a escuridão e a umidade das habitações, o reduzido tamanho dos quartos de dormir, o uso comunitário de latrinas, o odor exalado pelos resíduos acumulados no quintal ou nos latões, o convívio entre pessoas e animais no mesmo espaço assustavam os inspetores de higiene e o sentido refinado das classes privilegiadas. Como não havia alternativa de moradia para as classes pobres os cortiços e o número de habitantes nesses estabelecimentos continuava crescendo. Podemos constatar essa afirmação em Rago (1985:166), quando descreve que em 1869 existiam cerca de 649 cortiços com 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas; e em 1888, o número de cortiços elevou-se para 1.331 com 18.966 quartos habitados por 46.680 pessoas.

Na mesma intensidade que o número de população aumentava nos cortiços, piores e mais longas ficavam as epidemias. As epidemias que ocorreram na década de 1890 matou mais de 10 mil pessoas, as freguesias que tinham o maior número de vítimas eram as freguesias Centrais, tais como São José, Santana, Santo Antônio e Sacramento, justamente as que tinham o maior número de habitações coletivas e maior população¹². Todos esses acontecimentos contribuía para reforçar a idéia de afastamentos dos corpos, ou seja, a retirada da população de baixa renda da área central.

O período entre 1870 e 1902 foi a primeira fase de expansão da malha urbana, o que possibilitou uma separação gradual dos usos e classes sociais e foi o primeiro passo para a transformação do Rio de Janeiro em uma cidade capitalista. Ao longo de toda a segunda metade do século XIX, foram lançados no espaço urbano carioca elementos que possibilitaram a separação gradual dos usos da cidade e de sua população. A expansão da cidade se realizou em dois eixos bem distintos, conforme nos aponta ABREU (1987:3):

(...) no decorrer do XIX, são lançados no espaço elementos que possibilitam (...) a separação gradual a principio e acelerada depois, dos usos e das classes sociais que se amontoavam no antigo espaço colonial. Esta separação só foi possível, entretanto, devido à introdução do bonde puxada a burro e do trem a vapor que, a partir de 1870, constituem-se nos grande impulsionadores do crescimento físico da cidade. Um crescimento agora qualitativamente diferente, já que os usos e as classes nobres tomam a direção dos bairros servidos por bondes (em especial aqueles da zona sul), enquanto que para o subúrbio passam a se deslocar os usos sujos e as classes menos privilegiadas.

¹² BENCHIMOL (1990: 179).

As classes abastadas iniciaram um movimento de distanciamento do centro congestionado e insalubre, seguindo em direção a áreas que já estavam sendo ocupadas desde 1854, como os bairros da Glória, Catete, Botafogo, Vila Isabel e outros locais. Esse deslocamento foi possível com a instalação de linhas de bondes que começaram a servir essas áreas com o objetivo de impulsionar a ocupação, permitindo o êxodo cada vez maior daqueles que podiam arcar com os custos de morar fora da Área Central.

Nesse momento de expansão das linhas de bonde, se deslocar para a zona sul era muito mais que encontrar um novo lugar para morar; era fazer parte de um novo estilo de vida moderno que estava sendo vinculado a moradia a beira mar. Essas idéias foram divulgadas através de campanhas publicitárias feitas pelas companhias imobiliárias e de transporte.

O outro eixo de expansão urbana criado foi responsável pela ocupação das freguesias rurais que se transformaram em freguesias urbanas. Em 1858 foram inaugurados os primeiros trechos da Estrada de Ferro Dom Pedro II, futura Central do Brasil, ligando a Área Central ao subúrbio, essa área estava destinada à moradia das classes pobres. Mas o efeito espacial da abertura das linhas de trens, não se fez sentir da mesma forma que a expansão dos bondes. Desta forma, a ocupação dos subúrbios antes do século XX deve ser analisada de forma relativa.

Mesmo após a abertura da malha ferroviária para o subúrbio o número de habitantes nas freguesias centrais não diminuiu. A abertura da Estrada de Ferro não teve um papel dispersor de habitantes da Área Central, pois de acordo com ABREU (1987) para a maior parte dos trabalhadores livres ou escravos de ganho, o trabalho tinha que ser procurado diariamente e com muita concorrência com os imigrantes. Para a população ativa constituída de vendedores ambulantes e prestadores de serviços, o trabalho só existia em decorrência das demandas advindas da aglomeração de pessoas e de atividades econômicas e isso ocorria quase que exclusivamente no núcleo da cidade. Sendo esses os motivos do crescimento do número de habitantes das freguesias urbanas e de crescimento dos cortiços.

Esse período foi de apropriação e valorização fundiária do espaço urbano. O capital estrangeiro (responsáveis pelas empresas de carris urbano) e o capital nacional (atuando, principalmente, no setor imobiliário) se articularam na criação de um mercado de terras urbanizáveis e, conseqüente, valorização das áreas já construídas. Os

preços dos terrenos e dos aluguéis elevaram-se, excluindo a população de baixa renda do mercado imobiliário, tornando as casas inacessíveis para essa parte da população. Com a escassez de casas e o alto preço das terras, proliferaram cortiços, úmidos e superlotados.

Pautado no pensamento liberal, o Estado tinha sua atuação sobre o espaço público limitada. Os poderes públicos eram chamados a intervir somente nos momentos de crise sanitária e a prestar pequenos serviços urbanos complementares a ação do capital privado. Existia um vazio entre as necessidades impostas pelo crescimento urbano e a limitada atribuição do Estado, nesse vazio, instalou-se o grande capital. O papel do Estado se limitava à criação de normas e fiscalização das mesmas. Até o final do século XIX não houve ações governamentais que melhorassem as condições de salubridade da cidade.

No final do século XIX, a cada novo surto epidêmico (e foram muitos nesse momento) as habitações populares eram apontadas como os principais focos de proliferação das doenças, e a comissão de higiene era chamada a atuar nesses locais. Esta era enfática ao afirmar que qualquer medida sanitária era ineficaz enquanto persistirem os focos geradores da doença. Essa questão era motivo de intensas discussões e luta de interesses entre a Junta Central de Higiene e a Câmara Municipal. Ao mesmo tempo em que, a Junta aumentava a vigilância sobre as habitações populares, o legislativo municipal revelava-se uma trincheira de resistências dos interesses econômicos locais prejudicados pela legislação sanitária¹³. O pacto liberal de defesa da propriedade privada ainda colocava limites claros às pretensões higienistas.

Em uma sociedade capitalista não há interesse do capital privado em investir na produção de habitações populares. Diante dessa realidade e com o aumento da insegurança social, o Estado resolveu modificar sua atuação quanto a questão da moradia popular e passou a fornecer isenção de impostos e outros incentivos para empresas que construíssem casas populares higiênicas. “O Estado passava assim a ajudar a empresa privada, cumprindo um papel que teoricamente não lhe caberia: assumiu pela primeira vez a responsabilidade de subsidiar, pelo menos em parte, a reprodução da força de trabalho” (Abreu, 2006: 57).

¹³ BENCHIMOL (1990:133).

As companhias de habitações que chegaram a construir algumas casas fracassaram pois não conseguiram cumprir a missão regeneradora da área central que lhe foi atribuída. As vilas operárias construídas nesse período foram ocupadas pela população proletária que trabalhava nas fábricas próximas a essas construções. No entanto não conseguiram resolver a crise habitacional.

Os primeiros anos da república no Brasil foram muito tumultuados, política e economicamente. Entre 1890 e 1900, o Rio de Janeiro teve 13 prefeitos. E nesse mesmo período a situação sanitária e habitacional da cidade se agravou muito. A crise habitacional repunha-se incessantemente como produto inevitável da ordem capitalista que se implantava, e as ações no sentido de resolver esse problema eram paliativas diante dos problemas que se agigantavam.

O Estado permaneceu durante muitos anos praticamente inoperante ante as dificuldades de implementação de saneamento. Essa situação muda completamente a partir das sucessões presidenciais civis que tinham como objetivo exibir a imagem do Brasil como uma nação próspera, civilizada e ordeira. Esse projeto, portanto teve início com as reformas políticas e econômicas e terá seu desfecho final com uma ampla reforma urbana. Na cidade do Rio de Janeiro, o único prefeito que promoveu modificações ainda no século XIX foi o prefeito Barata Ribeiro, que administrou a cidade apenas cinco meses, de 17 de dezembro de 1892 a 25 de maio de 1893, quando sua nomeação foi rejeitada pelo Senado Federal. Em seu curto mandato pôs em prática uma série de medidas na tentativa de melhorar as condições da capital.

Em sua gestão determinou o recuo dos prédios, para que, progressivamente, as ruas fossem alargadas para dar vazão ao crescente trânsito de veículos e cargas, determinou um estudo predial para que se conhecessem os terrenos pertencentes à prefeitura e que pudessem cobrar o que lhes era de direito e dessa forma conseguir recursos necessários para prover melhoramentos urbanos. Além disso, se preocupou com o abastecimento e comercialização de alimentos.

Barata Ribeiro chegou a promover um rigoroso combate contra os cortiços, mas não teve tempo de levá-lo adiante. Sua ação mais concreta sobre as habitações populares foi a demolição do cortiço Cabeça de Porco, uma grande estalagem situada a rua Barão de São Felix, na Área Central. Esse cortiço, assim como todos os outros,

eram considerados “valhacouto de desordeiros”¹⁴ e que deveria ser eliminado do núcleo da cidade. Segundo CHALHOUB (2006:19) o episódio da demolição do cortiço Cabeça de Porco se transformou-se em um dos marcos iniciais de toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade do Rio de Janeiro. Construindo a noção de “classes pobres” e “classes perigosas”, ambos termos com o mesmo significado, além da construção da idéia de que a cidade deve ser apenas administrada segundo critérios técnicos e científicos.

Cabe colocar que as concepções higienistas sobre as habitações coletivas não foram e nem podiam ser implementadas no século XIX, pois não havia possibilidades políticas naquele momento. Os cortiços eram fonte de lucro para os proprietários e arrendatários, ou seja, era fonte de lucro para a pequena burguesia mercantil. E como já vimos anteriormente, a Câmara Municipal criava formas de defender os interesses do capital mercantil impossibilitando a atuação dos higienistas.

Considerações Finais

A cidade do Rio de Janeiro, no alvorecer do século XX, era repleta de contradições que precisavam ser resolvidas. A cidade tinha intenso comércio de importação e exportação, mas seu porto era obsoleto. A grande massa de proletariados vivia no centro, mesmo com a criação dos transportes de massa para os subúrbios. Nas ruas do centro misturavam-se cortiços e comércio, pobres e ricos, empresários e ambulantes; a arquitetura urbana ainda tinha características do período colonial contrapunha-se com o investimento em setores de serviços, no entanto, as ruas continuavam apertadas, úmidas e sujas por causa do péssimo hábito da população de atirar lixo por toda parte. Os viajantes e cronistas consideravam-na sede de vida difícil.

Mesmo ainda diante deste quadro de dificuldades, algo já havia mudado. As ideias higienistas de salubridade, higiene e de novos comportamentos já tinha introduzido nas pessoas uma nova mentalidade que urgia por modificações. As “despir” o urbano e expor todos os seus problema e contradições, a Medicina Social implantou a semente que possibilitou inúmeras e marcantes transformações no espaço urbano.

¹⁴ Expressão retirada de CHALHOUB (2006:16).

O início do século XX o Estado modifica sua forma de atuação, ficando mais ativo e participativo, e implanta inúmeras e gigantescas obras e ações sobre o espaço e intensificando o processo de segregação na cidade. Após esse período de mudanças com a administração Pereira Passos, o Rio de Janeiro entra no período moderno.

Referências Bibliográficas.

Abreu, Mauricio de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro:IPP,2006, 4ª edição, 156p.

Abreu, Mauricio de Almeida. **A cidade do Rio de Janeiro: Evolução urbana, contradições do espaço e estratificação social**. In Bernardes, Julia Adão (org). Rio de Janeiro: Painel de um espaço em crise. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1987a.

Abreu, Mauricio de Almeida. **A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930)**. In Revista Espaço e Debates, nº21,1987b, 12-38p.

Abreu, Mauricio de Almeida. **Pensando a cidade no Brasil do passado**. In Castro, Iná Elias et al (orgs). Brasil; questões atuais da reorganização do território, Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1996, 145-183p.

Aizen, Mario & Pechmam, Robert M. **Memória da Limpeza Urbana no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, COMLURB, 1985, 124p.

Benchimol, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento de Documentação e Informação Cultural, 1990, 330p.

Cavalcante, Berenice de O. **Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX**. In Revista do Rio de Janeiro, Niterói, set/dez, vol. 1, 1985, 95-103p.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

Corrêa, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ªed, São Paulo: Ed. Ática,2003.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume,2005.

Lima, Agostinho José de Souza. **Pareceres sobre os meios de melhorar as condições das habitações destinadas as classes pobres**. Conselho Superior de Saúde Pública. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.

Lefebvre, Henri. Espaço e política; Trad. Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Machado, Roberto et al. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, 559p.

Marins, Paulo César Garcez. Habitação e Vizinhaça: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras In Sevcenko, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, vol.3, 1998.

Miranda, Carlos Alberto Cunha de. **Da Polícia Médica à Cidade Higiênica** In Cadernos de Extensão da Ufpe, Recife, v.1,n.1 - Disponível em: www.proext.ufpe.br/cadernos/saude/policia.htm

Rabelo, Eugenio Guimarães. Dos pântanos como causa principal da insalubridade da cidade do rio de Janeiro. In **Revista de Hygiene**. Rio de Janeiro: TYP. Carioca, v.2, 1886.

Rago, Margareth. A desodorização do espaço urbano In **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Santos, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção, 4 ed., São Paulo: EDUSP, 2008.

Seixas, Paulo de Castro. **Higienismo: Testos que fizeram a cidade**. In Patin, Isabel (org), Literatura e Medicina. I Encontro de Estudos sobre Ciência e Culturas, Porto, Fundação Fernando Pessoa, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina - mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Solis, Sidney Sérgio & Ribeiro, Marcus Venício T. **O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo** In Revista do Rio de Janeiro, Niterói, set/dez, vol. 1, 1985, 45-59p.